

# PUBLICIDADE LEGAL



## EDIÇÃO DIGITAL



ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.818/2019



VERIFICAÇÃO  
ACESSE: [VERIFICADOR.ITI.GOV.BR](https://verificador.itl.gov.br)

EDIÇÃO 5302  
RASTREIO DA VERSÃO DIGITAL



Goiânia, Sexta-feira 31 de março de 2023

# Gazeta do Estado



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital  
conforme Lei 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO - acesse: [verificador.itl.gov.br](https://verificador.itl.gov.br)

**Gazeta do Estado**  
ICP  
Brasil

Assinado Digitalmente por  
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.471.978/0001-92  
Data: 2023/03/30 22:59:59



## PUBLICIDADE LEGAL

(62) 3249-8883 - EDITAIS@GAZETADOESTADO.COM.BR

ASSINADO ELETRONICAMENTE  
POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL  
CONFORME LEI 13.818/2019VERIFICAÇÃO  
ACESSE: VERIFICADOR.ITI.GOV.BR

## Leia e anuncie!

62 3249-8883 - gazetadoestado.com.br

TRINUS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.  
CNPJ: 40.654.622/0001-58

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relatório do auditor independente.

Aos administradores e acionistas da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP034519/O-FEmerson Morelli  
Contador CRC-1SP249401/O-4

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	dez/22	dez/21
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3</b>	<b>745</b>	<b>79</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>1.146</b>
Cotas de fundos de investimentos		-	1.146
<b>Operações de crédito</b>	<b>5</b>	<b>1.631</b>	<b>1.600</b>
Operações de crédito		1.631	1.608
(-) Provisão para operações de crédito		-	(8)
<b>Outros ativos</b>	<b>7</b>	<b>195</b>	<b>7</b>
Diversos		195	7
<b>Ativo Circulante</b>		<b>2.571</b>	<b>2.832</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.571</b>	<b>2.832</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>6</b>	<b>487</b>	<b>4</b>
Outros depósitos		487	4
<b>Outras Obrigações</b>	<b>7</b>	<b>68</b>	<b>60</b>
Fiscais e Previdenciárias		9	5
Provisão para pagamentos a efetuar		59	55
<b>Passivo Circulante</b>		<b>555</b>	<b>64</b>
Capital social	<b>8</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000</b>
Aumento de capital – em aprovação	<b>8</b>	<b>1.600</b>	<b>-</b>
Capital a integralizar	<b>8</b>	<b>(1.600)</b>	<b>-</b>
Prejuízos acumulados		(984)	(232)
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.016</b>	<b>2.768</b>
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>		<b>2.571</b>	<b>2.832</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>98</b>	<b>172</b>	<b>57</b>
Receitas com operações de crédito	<b>9</b>	<b>31</b>	<b>36</b>	<b>8</b>
Receitas com aplicações interfinanceiras		<b>15</b>	<b>15</b>	<b>-</b>
Receitas com títulos e valores mobiliários	<b>10</b>	<b>52</b>	<b>121</b>	<b>49</b>
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(8)
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		<b>98</b>	<b>172</b>	<b>49</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(561)</b>	<b>(924)</b>	<b>(281)</b>
Despesas de pessoal	<b>12</b>	<b>(109)</b>	<b>(230)</b>	<b>(33)</b>
Outras despesas administrativas	<b>11</b>	<b>(452)</b>	<b>(700)</b>	<b>(244)</b>
Despesas tributárias		<b>(9)</b>	<b>(13)</b>	<b>(4)</b>
Outras receitas operacionais		<b>9</b>	<b>19</b>	<b>-</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
<b>Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
<b>Prejuízo Líquido do semestre / exercícios</b>		<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
Número de ações		4.600.000	4.600.000	3.000.000
(Prejuízo por mil ações)		(0,1007)	(0,1635)	(0,0773)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Prejuízo líquido do semestre / exercícios</b>		<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
<b>Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>		<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
Acionistas controladores		(463)	(752)	(232)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital Social	Aumento de capital	Capital a integralizar	Reserva legal			
<b>Saldos em 1 de fevereiro de 2021</b>	-	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	3.000	-	-	-	-	-	3.000
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(232)	(232)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(232)</b>	<b>2.768</b>
Aumento de capital em aprovação	-	1.600	(1.600)	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(752)	(752)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.000</b>	<b>1.600</b>	<b>(1.600)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(984)</b>	<b>2.016</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>3.000</b>	<b>1.600</b>	<b>(1.600)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(521)</b>	<b>2.479</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(463)	(463)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.000</b>	<b>1.600</b>	<b>(1.600)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(984)</b>	<b>2.016</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>(463)</b>	<b>(752)</b>	<b>(232)</b>
<b>Ajuste por:</b>			
Juros sobre operações de crédito	(31)	(31)	8
Provisão para crédito duvidoso	-	-	8
Reversão de provisão para crédito duvidoso	-	(8)	-
<b>Varição em ativos operacionais:</b>	<b>(529)</b>	<b>965</b>	<b>(2.769)</b>
(Aumento) Redução de títulos e valores Mobiliários	1.215	1.146	(1.146)
(Aumento) Operações de crédito	(1.600)	8	(1.616)
(Aumento) Redução em outros créditos	(144)	(189)	(7)
<b>Varição em passivos operacionais:</b>	<b>55</b>	<b>492</b>	<b>64</b>
Aumento em depósitos e outros instrumentos financeiros	34	483	4
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	1	4	5
Aumento (Redução) em obrigações diversas	20	5	55
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(968)</b>	<b>666</b>	<b>(2.921)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Integralizações de capital	-	-	3.000
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.000</b>
<b>Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa</b>	<b>(968)</b>	<b>666</b>	<b>79</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.713	79	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	745	745	79
<b>Aumento/Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(968)</b>	<b>666</b>	<b>79</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital  
conforme Lei 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO - acesse: [verificador.iti.gov.br](http://verificador.iti.gov.br)

Gazeta do Estado

Assinado Digitalmente por  
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.471.978/0001-92  
Data: 2023/03/30 22:59:59Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

**1 Contexto operacional.** A Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada "Companhia", tem por objeto social as atividades de operações de empréstimos, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Companhia obteve autorização para funcionamento após o comunicado emitido pelo Banco Central através do Diário Oficial em 4 de janeiro de 2021 de acordo com o Comunicado Geral nº 121000098 expedido pelo DEORF – Bacen. Assim, a Companhia iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2021. A Ata de Assembleia Geral de Constituição de 28 de setembro de 2020 definiu a origem e demais informações necessárias para o processo de aprovação junto ao Banco Central e Receita Federal do Brasil.

**2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2023.

**2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras.** Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1))
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2))
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2))
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1))
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1))
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1))
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24)
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27)
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidência de benefícios a empregados (CPC 33 (R1))
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41)
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46)

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras. Em 25 de novembro de 2021 o BACEN aprovou a Resolução CMN 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Companhia está em fase de avaliação do cronograma de implementação desta norma, sendo assim, durante o primeiro semestre de 2023 será possível mensurar e avaliar os devidos impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2023.

### 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. **d) Títulos e valores mobiliários.** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Títulos para negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e) Operações de crédito.** As operações de crédito com taxas pós fixadas ou indexadas a indicadores variáveis são registradas no balanço da Companhia por seu valor atualizado até a data de balanço. As rendas com as respectivas operações de crédito são registradas no resultado de acordo com a competência em que são decorridas até o limite de 60 dias em atraso. Operações com atraso superior a 60 dias não possuem receita reconhecida no resultado de acordo com a Resolução 2.682. **f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.** As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são realizadas e registradas de acordo com o nível de risco atrelado às operações, levando em consideração as variáveis definidas na Resolução 2.682 do Bacen em que determina uma série de fatores que podem levar a operação ao maior ou menor risco. Atualmente os registros obedecem ao mínimo dos nove riscos estabelecidos pela regra podendo ser de nível AA ao H.

**g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota; **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas. **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Prejuízo por ação.** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço. **j) Demais ativos e passivos.** Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço. **k) Apropriação de receitas e despesas.** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata" dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

**3 Caixa e equivalentes de caixa.** São representados por disponibilidades em moeda nacional

	dez/22	dez/21
<b>Disponibilidades</b>		
Depósitos bancários	37	73
Reservas livres	708	6
<b>Total</b>	<b>745</b>	<b>79</b>

**4 Instrumentos financeiros.** Os fundos de investimento estão classificados conforme abaixo:

Vencimento	Hierarquia do valor justo	dez/21	Valor de custo	
				Títulos para negociação
<b>Carteira própria</b>				
Cotas de fundos de renda fixa	Sem vencimento	Nível 1	315	315
Cotas de fundos em direitos creditórios	Sem vencimento	Nível 1	831	831
<b>Total</b>			<b>1.146</b>	<b>1.146</b>

Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

**5 Operações de crédito.** As operações de crédito estão compostas pelas seguintes modalidades:

	dez/22	dez/21
<b>Empréstimos e títulos descontados</b>	<b>1.631</b>	<b>1.608</b>
CCBs (a)	1.631	1.608
<b>Total</b>	<b>1.631</b>	<b>1.608</b>

a) A operação foi realizada com a devedora Trinus Co. Participações S.A. com garantia de aval pela TG Core Asset Ltda. O montante do empréstimo foi de R\$ 1.600 com prazo de vencimento de 90 dias contados a partir da emissão, possui uma remuneração pré fixada de 14,65% a.a.

A carteira de crédito e provisão para crédito por nível de risco estão assim distribuídas:

Nível de risco	dez/22		dez/21	
	Valor contábil	%	Valor provisão	%
AA	1.631	100%	-	100%
<b>Total</b>	<b>1.631</b>		<b>-</b>	

Nível de risco	dez/21		dez/21	
	Valor contábil	%	Valor provisão	%
A	1.608	100%	(8)	100%
<b>Total</b>	<b>1.608</b>		<b>(8)</b>	

Os segmentos/ramos estabelecidos na classificação da carteira de crédito estão assim representados:

Ramo	dez/22		dez/21	
	Parcelas a vencer		Parcelas a vencer	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Serviço	1.631	1.631		
<b>Total</b>	<b>1.631</b>	<b>1.631</b>		

Ramo	dez/21		dez/21	
	Parcelas a vencer		Parcelas a vencer	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Serviço	1.608	1.608		
<b>Total</b>	<b>1.608</b>	<b>1.608</b>		

Abaixo estão apresentadas as movimentações das provisões para operações de crédito:

	dez/22
<b>Saldo inicial</b>	<b>(8)</b>
Adições	-
Baixas/reversões	(8)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>

6 Depósitos	dez/22	dez/21
	Depósitos de clientes	487
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>4</b>

7 Outros ativos e passivos	dez/22	dez/21
	Outros créditos	195
Negociação e intermediação de valores	32	4
Impostos a recuperar	22	3
Operações adquiridas em cessão	141	-
<b>Outras obrigações</b>	<b>68</b>	<b>60</b>

Fiscais e previdenciárias	dez/22	dez/21
	Impostos e contribuições sobre salários	2
Demais impostos a recolher	7	1
<b>Diversas</b>	<b>59</b>	<b>55</b>
Despesas de pessoal	11	10
Outras despesas administrativas	48	45

**8 Patrimônio líquido. a) Capital social.** O capital social no montante de R\$ 4.600 (R\$ 3.000 em dez/21), está representado por 4.600.000 (3.000.000 em dez/21) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante o valor de R\$ 1.600 está em processo de aprovação de aumento de capital junto ao Bacen. Em 4 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Comunicado nº 121000098-BCB/Deorf/Geral e publicou no Diário Oficial nº 1 de 4.1.2021, Seção 3, página 30 a autorização para funcionamento. Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de março de 2022 a administração aprovou: i) aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 mediante emissão de 1.600.000 ações ordinárias; ii) nova redação do estatuto social e demais termos nele descritos. O processo permanece em análise pelo Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2022. **b) Reservas de lucros.** O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações: 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social. Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor. As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social. **c) Política de distribuição de dividendos.** Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da Diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. **d) Resultado por ação.** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	dez/22	dez/21
Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(463)	(232)
Média ponderada das ações no período	4.306	3.000
Resultado por ação - básico e diluído	(0,1075)	(0,0773)

9 Resultado de operações de crédito	2ºsem/22	dez/22	dez/21
	Rendas com empréstimos	31	36
Provisão para operações com empréstimos	-	-	(8)
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>36</b>	<b>-</b>

10 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2ºsem/22	dez/22	dez/21
	Rendas com títulos e valores mobiliários	52	121
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>121</b>	<b>49</b>

11 Outras despesas administrativas	2ºsem/22	dez/22	dez/21
	Despesas com serviços técnicos especializados	(15)	(27)
Despesas com processamento de dados (a)	(349)	(556)	(169)
Despesas com serviços de terceiros	(80)	(95)	(47)
Outras despesas	(8)	(22)	(23)
<b>Total</b>	<b>(452)</b>	<b>(700)</b>	<b>(244)</b>

O ÚNICO DIÁRIO QUE CIRCULA NA CAPITAL  
E NO INTERIOR, ATENDE A LEI DE  
PUBLICAÇÃO LEGAL



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Gazeta do Estado com circulação em bancas de jornais e dirigida, nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-digital/>

Assinado Eletronicamente por Certificação Digital  
conforme Lei 13.818/2019  
VERIFICAÇÃO - acesse: [verificador.iti.gov.br](http://verificador.iti.gov.br)

Gazeta do Estado  
ICP Brasil

Assinado Digitalmente por  
G. EXATA DE COMUNICAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.471.978/0001-92  
Data: 2023/03/30 22:59:59



a) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia.

**12 Despesas com pessoal**

	2ºsem/22	dez/22	dez/21
Despesas com pessoal – proventos	(69)	(152)	(20)
Despesas com pessoal – encargos	(22)	(47)	(7)
Despesas com pessoal – benefícios	(18)	(31)	(6)
<b>Total</b>	<b>(109)</b>	<b>(230)</b>	<b>(33)</b>

**13 Imposto de renda e contribuição social**

	dez/22	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(752)	(752)
<b>Base de cálculo de IR e CSLL</b>	<b>(752)</b>	<b>(752)</b>
Adições / (exclusões)	(8)	(8)
Reversão de provisões contingenciais	(8)	(8)
<b>Lucro Real</b>	<b>(760)</b>	<b>(760)</b>
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-

	dez/21	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(232)	(232)
<b>Base de cálculo de IR e CSLL</b>	<b>(232)</b>	<b>(232)</b>
Adições / (exclusões)	8	8
Reversão de provisões contingenciais	8	8
<b>Lucro Real</b>	<b>(224)</b>	<b>(224)</b>
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 906 não contabilizados.

**14 Operações com partes relacionadas:** A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

**14.1 Depósitos bancários com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	dez/22		
	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Operações de crédito</b>	<b>1.631</b>	-	<b>31</b>
Empréstimos a terceiros – Trinus Co.	1.631	-	31

	dez/21		
	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Depósitos em conta corrente</b>	<b>71</b>	-	-
Depósitos bancários – Trinus DTVM	71	-	-

	dez/22		
	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Operações de crédito</b>	<b>1.608</b>	-	<b>8</b>
Empréstimos a terceiros – Trinus Co.	1.608	-	8

**14.2 Remuneração aos administradores e acionistas.** A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto social da Companhia, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação. Os administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**15 Provisões, ativos e passivos contingentes.** Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionados na Rubrica "Outras obrigações". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos contingenciais que precisam ser provisionados / ou divulgados.

**16 Gestão de risco.** A Companhia tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III. Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. Os limites operacionais apresentados pela Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM, em 31 de dezembro de 2022 o indicador foi de 171,96% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.). Conforme Art. 76 da Resolução 4.966 segue a divulgação do plano de ação para a implementação da regulação contábil estabelecida. Foram realizados encontros entre o time de Risco da Trinus Investimentos/SCD e o time de contabilidade da Denver Contábil em 2022 para a elaboração do cronograma apresentado a seguir. Para o exercício de 2023 serão definidos os procedimentos para a contabilização dos ativos e passivos conforme descritos nos capítulos da Resolução 4.966. Durante o exercício de 2024 serão avaliadas as implicações e ajustes da alteração nos lançamentos (conforme artigos 70 a 78). O resultado esperado é que na data de 1º de janeiro de 2025, quando a totalidade dos dispositivos entram em vigor, todos os procedimentos, bem como as demonstrações financeiras (aqui incluso as notas explicativas) estejam de acordo com a Resolução.

**17 Eventos subsequentes.** A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2022 e essa data, não ocorreram eventos que necessitam divulgação.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("Trinus SCD" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 30 de junho de 2022.

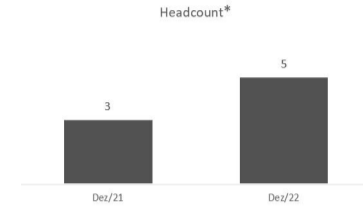
**Mensagem da Administração.** A Trinus SCD tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções N° 4.557/17 e N° 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus Investimentos e Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais da **Trinus SCD**, estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Companhia, os limites apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

**Destaque do período.**

**ASG\_Movidos** pelo propósito transformador, assumimos o compromisso de fortalecer nosso crescimento tendo a sustentabilidade como pilar norteador. Para isto, contamos com uma área exclusiva para endereçar e disseminar práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança) de forma transversal em todo o nosso ecossistema. Temos trabalhado de forma consistente e comprometida, garantindo grandes avanços em 2022: Com o propósito de capacitar e conscientizar os colaboradores sobre o correto uso do Canal de Ética, bem como dos temas e diretrizes do Código de Ética, anualmente, são realizadas inúmeras ações, tais como: eventos, palestras e treinamentos obrigatórios. Proteção de Dados: Atenta às mudanças tecnológicas e sociais presentes na sociedade da informação, a Trinus SCD prioriza a privacidade e a segurança dos dados pessoais de todos os seus stakeholders (colaboradores, clientes, fornecedores e demais parceiros), com o objetivo de garantir a exatidão e a clareza de todo o processo de tratamento de dados pessoais. Este ano, foi implementado um robusto Programa de Governança em Privacidade, estruturado de acordo com os princípios e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – "LGPD"), de outras normas aplicáveis (Resoluções do Conselho Monetário Nacional, por exemplo) e das melhores práticas de mercado (ISO 27001), além de políticas relativas a fornecedores, clientes e colaboradores, disponível em nossa intranet. Por fim, com o propósito de desenvolver ações preventivas, educacionais e organizacionais na difusão e aprimoramento da cultura de proteção de dados pessoais e segurança da informação, a Trinus SCD investe em treinamentos de caráter obrigatório, e busca engajar colaboradores e parceiros por meio de ações e eventos.

**Tecnologia.** Reforçando a nossa estratégia de estar à frente na busca de soluções inovadoras para transformar o mercado habitacional, em 2022 aumentamos exponencialmente os investimentos em tecnologia, demonstrando o compromisso com evoluções digitais. Os principais destaques voltados a Tecnologia em 2022 foram: Melhorias e crescimento do nosso aplicativo para o comprador de imóveis, o Trinus App (TAPP); i) Homologação e aprovação do PIX vinculado no TAPP para os colaboradores da Trinus vinculados à Trinus SCD (Sociedade de Crédito Direto); Direcionamos nosso foco para o desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas, abrindo espaço para equipes multidisciplinares com a missão de aperfeiçoar nossos produtos digitais em toda a plataforma Trinus.

**Pessoas.** No período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, aumentamos nosso headcount com a contratação de 3 colaboradores.

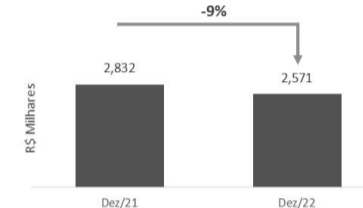


\* Não auditado pelos auditores independentes.

**Negócio.** Em fevereiro de 2022, a **Trinus SCD** iniciou os testes do Trinus App, com a colaboração dos funcionários do Grupo Trinus Co, que começaram a receber suas remunerações gerando movimentações financeiras dentro da plataforma, uma estratégia adotada para acompanhamento e identificação de erros e ações corretivas antes da abertura do Trinus App para o mercado. Essa estratégia gerou um aumento significativo no volume transacionado na plataforma. Visando minimizar os riscos de fraude no processo de abertura de contas, reestruturamos todo o sistema de KYC (Know Your Customer) e implementamos a validação digital. Em outubro a funcionalidade do PIX foi liberada para todos os usuários da plataforma TAPP, e a Trinus SCD fechou o ano com 2.570 contas, TPV YTD (Total Payment Volume – Year to Date) de mais de 52 milhões.

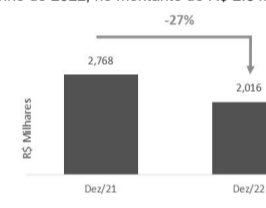
**Apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:**

**Ativos.** Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 2.6 milhões, apresentando uma queda de 9% em relação ao total de ativos em 30 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.8 milhões.



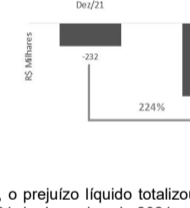
Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: **Caixa e equivalentes de caixa:** Aumento de 843% das disponibilidades de caixa em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021 (Nota 03). **Instrumentos financeiros:** Redução de 100% das cotas de fundos de investimentos em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021 (Nota 04).

**Patrimônio líquido.** Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 2.0 milhões, representando uma queda de 27% em relação ao patrimônio líquido em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 2.5 milhões.



Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: Prejuízo líquido de R\$ 463 mil no segundo semestre de 2022; Aumento de Capital conforme AGE de R\$ 1.6 milhões no primeiro semestre 2022.

**Resultado**



No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo líquido totalizou R\$ 752 mil, representando um aumento de 224% em relação ao prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante R\$ 232 mil. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **Despesas de pessoal:** Aumento das despesas com pessoal estão relacionadas as contratações ocorridas no ano de 2022 (Nota 12). **Outras despesas administrativas:** O aumento das despesas administrativas de R\$ 33 mil em dezembro de 2021 para R\$ 230 mil em dezembro de 2022, representado pelo incremento de despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da companhia e despesas com serviços técnicos de terceiros (Nota 11). Aprovada pela Administração em 09 de fevereiro de 2022

A Administração.

# Gazeta

## do Estado

O Gazeta do Estado está apto e atualizado com as novas exigências da Lei 13.818/19, para a publicidade legal em jornais (balanços e editais).

Somos o único jornal de grande circulação em Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

(62) 3249-8883 / [gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/](http://gazetadoestado.com.br/category/publicacao-legal/)

[editais@gazetadoestado.com.br](mailto:editais@gazetadoestado.com.br) / [comercial@gazetadoestado.com.br](mailto:comercial@gazetadoestado.com.br)

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A.

CNPJ/IME nº 15.090.690/0001-94

Convocação

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 15.090.690/0001-94, com endereço Avenida Juscelino Kubitschek, QD.19, R. L.01, 08, 5º andar (Edifício Gênesis Office), bairro Jundiá, no município de Anápolis, estado de Goiás, CEP: 75110-390, vencedora do leilão de Concessão do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, no trecho da BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); no trecho da BR-414/GO, de 139,6 km, no entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); no trecho da BR-080/GO, de 87 km, no entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais laterais, marginais ou locais diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovias, acostamentos, obras de arte especiais e quais outros elementos que se encontram dentro dos limites da faixa de domínio das rodovias, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas a Concessão, vem, respeitosamente, CONVOCAR todos os interessados, proprietários ou possuidores a qualquer título, de ocupações irregulares, acessos, plantações, cercas, entre outros, a entrarem em contato com brevidade, a fim de esclarecer, regularizar e formalizar, se o caso, a ocupação/utilização da faixa de domínio, inclusive para acesso às rodovias, por meio do e-mail: [faixadedominio@ecoviasdoaraguaia.com.br](mailto:faixadedominio@ecoviasdoaraguaia.com.br) ou através do telefone (62) 99619.3986\*.

## Cursos Técnicos EAD

- ✓ Agrimensura
- ✓ Química
- ✓ Agricultura
- ✓ Secretária Escolar
- ✓ Agropecuária
- ✓ Segurança do Trabalho
- ✓ Edificações
- ✓ Telecomunicações
- ✓ Eletrotécnica
- ✓ Transações imobiliárias
- ✓ Mineração

Nossa Senhora Aparecida



TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
CNPJ: 02.276.653/0001-23RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relatório do auditor independente

As administradores e acionistas da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP034519/O-FEmerson Morelli  
Contador CRC-1SP249401/O-4

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	dez/22	dez/21
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	3	2.380	416
<b>Instrumentos financeiros</b>	4	14	159
Certificados de depósitos bancários		14	159
<b>Outros ativos</b>	5	782	241
Diversos		757	91
Despesas antecipadas		25	150
<b>Ativo Circulante</b>		3.176	816
<b>Outros ativos</b>		-	25
Despesas antecipadas		-	25
<b>Imobilizado de uso</b>	6	169	282
Imóveis de uso		603	603
(Depreciações acumuladas)		(434)	(321)
<b>Intangível</b>	7	34	49
Ativos intangíveis		79	(30)
(Amortização acumulada)		(45)	(30)
<b>Ativo Não Circulante</b>		203	356
<b>Total do Ativo</b>		3.379	1.172
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	8	71	172
Outros depósitos		71	172
<b>Outras Obrigações</b>	9	636	533
Fiscais e previdenciárias		181	28
Provisão para pagamentos a efetuar		316	344
Diversas		139	161
<b>Passivo Circulante</b>		707	705
Capital social	10	7.950	4.950
Capital a integralizar	10	(1.500)	(500)
Ajustes de avaliação patrimonial		(42)	(42)
Prejuízos acumulados		(3.736)	(3.941)
<b>Patrimônio Líquido</b>		2.672	467
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>		3.379	1.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	11	2.750	3.168	86
Receitas com aplicações interfinanceiras		172	321	77
Receitas com títulos e valores mobiliários		1	270	9
Receitas de intermediação financeira		2.577	2.577	-
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		2.750	3.168	86
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		(1.574)	(2.908)	(2.377)
Receitas de prestação de serviços		11	136	24
Despesas de pessoal	12	(642)	(1.199)	(665)
Outras despesas administrativas	13	(802)	(1.653)	(1.624)
Despesas tributárias	14	(127)	(180)	(102)
Outras receitas operacionais	15	-	2	36
Outras despesas operacionais	15	(14)	(14)	(46)
<b>Resultado operacional</b>		1.176	260	(2.291)
<b>Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social</b>	16	1.176	260	(2.291)
Imposto de renda		(27)	(27)	-
Contribuição social sobre o lucro		(28)	(28)	-
<b>Lucro/Prejuízo líquido do semestre / exercícios</b>		1.121	205	(2.291)
Número de ações		15.763.238	15.763.238	9.814.854
(Prejuízo por mil ações)		0,0711	0,0130	(0,2334)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Prejuízo líquido do semestre / exercícios</b>	1.121	205	(2.291)
<b>Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado</b>	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial de ativo imobilizado	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	1.121	205	(2.291)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Prejuízo líquido do semestre / exercícios</b>	1.121	205	(2.291)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Aumento de capital	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva especiais de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	2.950	2.000	(2.000)	-	-	(42)	(1.650)	1.258
Aumento de capital	2.000	(2.000)	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	-	1.500	-	-	-	-	1.500
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.291)	(2.291)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2021</b>	4.950	-	(500)	-	-	(42)	(3.941)	467
Aumento de capital em aprovação	3.000	-	-	-	-	-	-	3.000
Capital integralizado	-	-	2.000	-	-	-	-	2.000
Capital a integralizar	-	-	(3.000)	-	-	-	-	(3.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	205	205
<b>Saldos em 31 de dezembro 2022</b>	7.950	-	(1.500)	-	-	(42)	(3.736)	2.672
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	4.950	3.000	(3.000)	-	-	(42)	(4.857)	51
Aumento de capital	3.000	(3.000)	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	-	1.500	-	-	-	-	1.500
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	1.121	1.121
<b>Saldos em 31 de dezembro 2022</b>	7.950	-	(1.500)	-	-	(42)	(3.736)	2.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercício</b>	1.121	205	(2.291)
<b>Ajuste por:</b>			
Depreciações / amortizações	64	128	123
Provisões contingenciais	-	-	35
<b>Varição em ativos operacionais:</b>	(525)	(371)	(32)
(Aumento) Redução de títulos e valores Mobiliários	(1)	145	(159)
(Aumento) Redução em outros créditos	(630)	(666)	(3)
(Aumento) em despesas antecipadas	106	150	130
<b>Varição em passivos operacionais:</b>	(2.565)	2	245
Aumento (Redução) em depósitos e outros instrumentos financeiros	(2.492)	(101)	169
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	111	153	15
Aumento (Redução) em obrigações diversas	(184)	(50)	61
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	(1.905)	(36)	(1.920)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(63)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	-	-	(63)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Integralizações de capital	1.500	2.000	1.500
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	1.500	2.000	1.500
<b>Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa</b>	(405)	1.964	(483)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.785	416	899
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.380	2.380	416
<b>Aumento/Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	(405)	1.964	(483)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



**1 Contexto operacional.** A Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada "Companhia", tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas aquelas atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986. Em fevereiro de 2020 foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás uma ata de assembleia geral extraordinária onde deliberou-se por unanimidade de votos a alteração da denominação social de "Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A." para "Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.", foi aprovado também a inclusão ao objeto social as atividades de operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais. Além de emitir certificados de depósitos de ações e intermediar operações de câmbio. A Companhia iniciou suas operações em renda fixa em outubro de 2020, de acordo com a estrutura e cronograma previsto. O processo de operacionalização das operações de renda variável se iniciaram sendo os testes operacionais realizados no início de agosto de 2021, demonstrando o envolvimento e atendimento ao cronograma estipulado pelos Administradores.

**2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2023.

**2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras.** Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são: Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1)). Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2)). Res. 3.604/08 - demonstrações dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2)). Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1)). Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)). Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1)). Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23). Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24). Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25). Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27). Res. 4.424/15 - registro contábil e evidência de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)). Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41). Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46). Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras. Em 25 de novembro de 2021 o BACEN aprovou a Resolução CMN 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Companhia está em fase de avaliação do cronograma de implementação desta norma, sendo assim, durante o primeiro semestre de 2023 será possível mensurar e avaliar os devidos impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2023.

**2.2 Resumo das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. **d) Títulos e valores mobiliários.** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Títulos para negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas. **f) Imobilizado de uso.** São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados" e de 10% a.a. para as demais contas. **g) Intangível.** Gastos em atividades de pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Negociação e intermediação de valores.** Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores e demais participantes de mercado, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **j) Prejuízo por ação.** Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço. **k) Demais ativos e passivo.** Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço. **l) Apropriação de receitas e despesas.** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

**3 Caixa e equivalentes de caixa.** São representados por disponibilidades em moeda nacional

	dez/22	dez/21
<b>Disponibilidades</b>		
Depósitos bancários	2.380	416
<b>Total</b>	<b>2.380</b>	<b>416</b>

Aumento das disponibilidades de caixa em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021, representado pelo crescimento de receitas de intermediação.

**4 Instrumentos financeiros.** Os certificados de depósitos bancários são aplicações de recursos próprios, estão classificados como "Títulos para negociação" junto ao Banco Daycoval, compostos conforme tabela abaixo:

	Vencimento	Hierarquia do valor justo	dez/22	Valor de custo	dez/21
<b>Títulos para negociação</b>					
<b>Carteira própria</b>					
Certificados de depósitos bancários	08/04/2024	Nível 2	14	12	159
<b>Total</b>			<b>14</b>	<b>12</b>	<b>159</b>

Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

**5 Outros ativos**

**I) Créditos diversos**

	dez/22	dez/21
Rendas a receber	45	-
Adiantamentos salariais e fornecedores	13	-
Impostos a compensar	161	-
Títulos e créditos a receber*	450	-
Devedores diversos	88	88
Outros créditos	-	3
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>91</b>

\* Valor enviado para a holding Trinus Co afim de utilização de caixa para pagamentos diversos. O valor será pago em até 60 dias contando a partir de 26/12/2022.

**II) Despesas antecipadas.** O montante de R\$ 25 (R\$ 150 em dez/21) é composto substancialmente por serviços a realizar pagos antecipadamente a empresa Cedro, administração da Companhia reavaliou e realizou um novo aditivo referente ao software em desenvolvimento junto a empresa Cedro (módulos de portal do cliente, cadastro, permissão) para fins de adaptação para a utilização em suas operações. Através do aditivo pode-se evidenciar que os custos realizados pela Companhia até 31 de dezembro de 2020 foram a título de adiantamento para utilização de uma licença mensal em que o não pagamento cessa o direito de uso, dessa forma, os montantes apresentados em desenvolvimento de software foram reclassificados para a conta de despesas antecipadas e estão sendo apropriados a partir do momento em que a Cedro disponibilizou os acessos aos respectivos módulos.

**6 Imobilizado de uso**

	dez/22			dez/21
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
<b>Imobilizado de uso</b>				
Instalações (a)	348	(302)	46	116
Móveis e equipamentos de uso	82	(39)	43	52
Sistema de processamento de dados	173	(93)	80	114
<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>(434)</b>	<b>169</b>	<b>282</b>

(a) Saldo referente a instalações incorridas no imóvel pertencente a terceiros, alugado pela Holding por meio do contrato firmado em 01/08/2017 e aditivado em 10/09/2018 transferindo a titularidade para a Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. anteriormente denominada Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Consideramos que as instalações realizadas no imóvel aumentam a capacidade de produção e eficiência da DTVM, conforme Resolução BACEN nº 4535/16 art. 5º.

**Movimentação do imobilizado**

	dez/21	Adições	Baixas	Depreciação	dez/22
<b>Imobilizado de uso</b>					
Instalações	116	-	-	(70)	46
Móveis e equipamentos de uso	52	-	-	(9)	43
Sistema de processamento de dados	114	-	-	(34)	80
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(113)</b>	<b>169</b>

**7 Intangível**

**Composição do intangível**

	dez/22			dez/21
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistemas e softwares	79	(45)	34	49
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>(45)</b>	<b>34</b>	<b>49</b>

**Movimentação do intangível**

	dez/21	Adições	Baixas	Amortização	dez/22
Sistemas e softwares	49	-	-	(15)	34
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>34</b>

**8 Depósitos**

**Depósitos e outros instrumentos financeiros**

	dez/22	dez/21
<b>Negociação e intermediação de valores</b>		
Depósitos de clientes	71	172
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>172</b>

**9 Outros passivos**

	dez/22	dez/21
<b>Outros passivos</b>		
<b>Cobrança e arrecadação de tributos</b>	<b>11</b>	<b>3</b>
Impostos e contribuições	11	3
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>181</b>	<b>28</b>
Impostos e contribuições sobre terceiros	5	3
Impostos e contribuições sobre salários	43	22
Impostos sobre o lucro	55	-
Demais impostos a recolher	78	3
<b>Diversas</b>	<b>444</b>	<b>502</b>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	28
Negociação e intermediação de valores	-	-
Outras obrigações com pessoal	158	73
Outras despesas administrativas	158	273
Provisões para contingências (NE 18)	128	128
<b>Total</b>	<b>636</b>	<b>533</b>

**10 Patrimônio líquido. a) Capital social.** O capital social no montante de R\$ 7.950 (R\$ 4.950 em 2021), está representado por 15.763.238 (8.814.854 em 2021) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 7.881.619 (4.907.427 em 2021) ações ordinárias e 7.881.619 (4.907.427 em 2021) ações preferenciais. Em 26 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Ofício nº 2.400/2021-BCB/Deorf/GTRJA e publicou no Diário Oficial nº 19 de 28.1.2021, Seção 3, página 31 a aprovação do aumento de capital de R\$ 2.950 milhões para R\$ 4.950 milhões (AGEs de 21.10 e 22.12.2020). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2022 a administração da Companhia aprovou: i) aumento de capital no montante de R\$ 3.000 mediante emissão de 5.948.384 (cinco milhões, novecentas e quarenta e oito mil e trezentas e oitenta e quatro) novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.974.192 ações ordinárias e 2.974.192 ações preferenciais. A Distribuidora possui um montante de capital a integralizar de R\$ 1.500. Em 5 de dezembro de 2022, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Ofício nº 32.282/2022-BCB/Deorf/GTRJA com a aprovação do aumento de capital para R\$ 7.950 milhões assim como autorizou a reforma estatutária submetida pela Companhia. **b) Reservas de lucros.** O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações: (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social. (ii) Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor. As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social. **c) Política de distribuição de dividendos.** Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76. **d) Resultado por ação.** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação

**Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias**

	dez/22	dez/21
<b>Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias</b>	1.121	(2.291)
<b>Média ponderada das ações no período</b>	7.564	4.766

**Resultado por ação - básico e diluído**

**11 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Rendas com aplicações interfinanceiras	172	321	77
Rendas com títulos e valores mobiliários	1	270	9
Receitas com intermediação financeira	2.577	2.577	-
<b>Total</b>	<b>2.750</b>	<b>3.168</b>	<b>86</b>

**12 Despesas de pessoal**

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Despesas com pessoal – benefícios	(71)	(149)	(133)
Despesas com pessoal - encargos sociais	(148)	(263)	(127)
Despesas com pessoal - proventos	(415)	(779)	(405)
Outras despesas com pessoal	(8)	(8)	-
<b>Total</b>	<b>(642)</b>	<b>(1.199)</b>	<b>(665)</b>

**13 Outras despesas administrativas**

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Despesas com serviços técnicos especializados	(23)	(48)	(57)
Despesas com processamento de dados (a)	(507)	(1.040)	(881)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(18)	(38)	(74)
Despesas com publicação	-	-	(9)
Despesas com água, energia e gás	(18)	(38)	(37)
Despesas com aluguel	(52)	(101)	(93)
Despesas com manutenções	-	(4)	(42)
Despesas com comunicações	(29)	(59)	(52)
Despesas com serviços de terceiros	(56)	(130)	(123)
Despesas com depreciações/amortizações	(64)	(128)	(123)
Outras despesas	(35)	(67)	(133)
<b>Total</b>	<b>(802)</b>	<b>(1.653)</b>	<b>(1.624)</b>





(a) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia.

**14 Despesas tributárias**

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Despesas com Pis	(13)	(17)	(1)
Despesas com Cofins	(77)	(99)	(5)
Despesas com demais impostos e taxas	(5)	(22)	(20)
Despesas com taxa de fiscalização da CVM	(32)	(42)	(76)
<b>Total</b>	<b>(127)</b>	<b>(180)</b>	<b>(102)</b>

**15 Outras receitas e despesas operacionais**

	2º sem/22	dez/22	dez/21
Outras receitas	-	2	36
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>36</b>
Outras despesas financeiras	(14)	(14)	(46)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(14)</b>	<b>(14)</b>	<b>(46)</b>

**16 Imposto de renda e contribuição social**

	dez/22		dez/21	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	260	260	(2.291)	(1.006)
<b>Base de cálculo de IR e CSLL</b>	<b>260</b>	<b>260</b>	<b>(2.291)</b>	<b>(2.291)</b>
Adições / (exclusões)	-	-	2	2
Despesas indedutíveis	-	-	35	35
Outras exclusões	-	-	(33)	(33)
<b>Lucro antes das compensações</b>	<b>260</b>	<b>260</b>	<b>(2.287)</b>	<b>(2.287)</b>
<b>Compensação de prejuízos</b>	<b>(76)</b>	<b>(76)</b>	-	-
<b>Lucro Real</b>	<b>184</b>	<b>184</b>	<b>(2.287)</b>	<b>(2.287)</b>
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	(27)	-	-	-
Encargos de 16% de CSLL	-	(28)	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 3.548 não contabilizados (R\$ 3.624 em dez/2021).

**17 Operações com partes relacionadas.** A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

**17.1 Contas a pagar com partes relacionadas.** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	dez/22	dez/21
<b>Depósitos em conta corrente</b>		
Depósitos bancários – Trinus SCD	-	(71)
Depósitos bancários – Sócios / Diretores	-	(86)
<b>Total</b>	-	(157)

**17.2 Remuneração aos administradores e acionistas.** A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto social da Companhia, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação. Os administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

**18 Provisões, ativos e passivos contingentes.** Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica "Outras obrigações". No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi provisionado o montante de R\$ 128 (R\$ 128 em 2021) referente a processo trabalhista com notificação de risco provável por parte dos assessores jurídicos. Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia processos com a probabilidade de perda possível.

**19 Gestão de risco.** A Distribuidora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III. Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais.

**19.1 Limites operacionais.** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 foi de 171,96% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2021 o indicador era 21,47% para a Trinus Capital DTVM). **Conforme Art. 76 da Resolução 4.966 segue a divulgação do plano de ação para a implementação da regulação contábil estabelecida. Foram realizados encontros entre o time de Risco da Trinus Investimentos e o time de contabilidade da Denver Contábil em 2022 para a elaboração do cronograma apresentado a seguir. Para o exercício de 2023 serão definidos os procedimentos para a contabilização dos ativos e passivos conforme descritos nos capítulos da Resolução 4.966. Durante o exercício de 2024 serão avaliadas as implicações e ajustes da alteração nos lançamentos (conforme artigos 70 a 78). O resultado esperado é que na data de 1º de janeiro de 2025, quando a totalidade dos dispositivos entram em vigor, todos os procedimentos, bem como as demonstrações financeiras (aqui incluso as notas explicativas) estejam de acordo com a Resolução.**

**20 Eventos subsequentes.** A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2022 e essa data, não ocorreram eventos que necessitam divulgação.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Trinus Investimentos" ou "Companhia")** relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021.

**Mensagem da Administração**

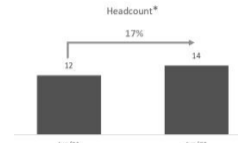
A **Trinus Investimentos** é uma distribuidora que tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas as atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986. Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções N° 4.557/17 e N° 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus Investimentos e Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais da **Trinus Investimentos**, estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Companhia, os limites apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

**Destques do período**

**ASG\_Movidos** pelo propósito transformador, assumimos o compromisso de fortalecer nosso crescimento tendo a sustentabilidade como pilar norteador. Para isto, contamos com uma área exclusiva para endereçar e disseminar práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança) de forma transversal em todo o nosso ecossistema. Temos trabalhado de forma consistente e comprometida, garantindo grandes avanços em 2022. Com o propósito de capacitar e conscientizar os colaboradores sobre o correto uso do Canal de Ética, bem como dos temas e diretrizes do Código de Ética, anualmente, são realizadas inúmeras ações, tais como: eventos, palestras e treinamentos obrigatórios. Proteção de Dados: Atenta às mudanças tecnológicas e sociais presentes na sociedade da informação, a Trinus SCD prioriza a privacidade e a segurança dos dados pessoais de todos os seus stakeholders (colaboradores, clientes, fornecedores e demais parceiros), com o objetivo de garantir a exatidão e a clareza de todo o processo de tratamento de dados pessoais. Este ano, foi implementado um robusto Programa de Governança em Privacidade, estruturado de acordo com os princípios e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – "LGPD"), de outras normas aplicáveis (Resoluções do Conselho Monetário Nacional, por exemplo), e das melhores práticas de mercado (ISO 27001), além de políticas relativas a fornecedores, clientes e colaboradores, disponível em nossa intranet. Por fim, com o propósito de desenvolver ações preventivas, educacionais e organizacionais na difusão e aprimoramento da cultura de proteção de dados pessoais e segurança da informação, a Trinus SCD, investe em treinamentos de caráter obrigatório, e busca engajar colaboradores e parceiros por meio de ações e eventos.

**Tecnologia.** Direcionamos nosso foco para o desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas, abrindo espaço para equipes multidisciplinares, com a missão de desenvolver a plataforma Trinus App, que fornecerá um produto "one stop solution" do mercado imobiliário, ou seja, um único lugar para atendermos nossos principais clientes: o investidor, o desenvolvedor/incorporador, o corretor imobiliário e comprador final de imóveis.

**Pessoas.** No período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, aumentamos nosso headcount em 17%, representado o aumento de 2 colaboradores.

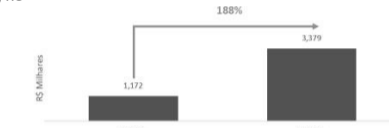


\* Não auditado pelos auditores independentes.

**Negócio.** A Trinus DTVM no primeiro semestre de 2022 vem seguindo a estratégia voltada para a solução e implementação tecnológica através da plataforma web e app no processo de desenvolvimento de ferramentas e estruturação de novos produtos. Em janeiro de 2022 foi iniciado um trabalho visando a renegociação dos contratos ligados aos custos de sistemas de tecnologia, com o objetivo de redução dos gastos para maximização de resultados no período. Em janeiro de 2022 tivemos o início das integrações junto a plataforma da B3 (bolsa de valores do Brasil) para início das operações e certificação para distribuição do Tesouro Direto. Em fevereiro de 2022 a Trinus Investimento teve destaque junto a Oracle como case de sucesso com a conectividade aberta da OCI (Oracle Cloud Infrastructure) para integração com sistemas junto a B3, o firewall FortiGates, várias plataformas imobiliárias e órgãos reguladores governamentais, permitindo que a Trinus seja menos reativa e mais preventiva, abordando os problemas antes que eles se tornem aparentes; A Trinus DTVM, fortaleceu seu atendimento a contas PJ e serviços B2B. Finalizou o ano de 2023 com 380% de aumento em suas receitas; Mais de 360 mil reais em volume de operação na B3; Mais de 340 milhões de reais em Ofertas de Distribuição; e um AuC (Asset under Control) em patamar médio de 66 milhões.

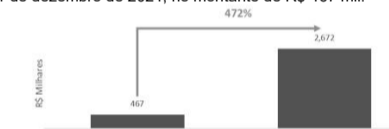
**Apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:**

**Ativos.** Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 3.4 milhões, apresentando um aumento de 188% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 1.1 milhões.



Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: **Caixa e equivalentes de caixa:** Aumento de 472% das disponibilidades de caixa em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021, representado pelo crescimento de das receitas de intermediação. **Instrumentos financeiros:** Redução de 91% dos certificados de depósitos bancários, classificados como "Títulos para negociação" junto ao Banco Daycoval (Nota 04).

**Patrimônio líquido.** Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 2.672 mil, representando um aumento de 472% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 467 mil.



Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: Lucro líquido de R\$ 205 mil dezembro em 2022; Integralização de Capital conforme ofício do Banco Central de R\$ 1.5 milhões no segundo semestre 2022.

**Resultado**



No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido totalizou R\$ 205 mil, representando uma redução de 109% em relação ao prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante R\$ 2.291 milhões. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **Despesas de pessoal:** O aumento de 80% das despesas com pessoal está relacionado ao aumento na curva de contratação somado aos efeitos de reajustes e promoções, não obstante o movimento de turnover ao longo do ano. Aprovada pela Administração de 10 de fevereiro de 2023

A Administração.

**INDEPENDÊNCIA É TUDO!**

**Gazeta do Estado**

**Somos Impresso  
Somos Digital  
Somos Conteúdo**

**Prefeitura de Goiânia promove o Café Sinfônico**